

PUBLICAÇÃO OFICIAL

EDIÇÃO NACIONAL

**Edital de Comunicação e Notificação.** O **Transfretur - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros Por Trematão e Para Turismo de São Paulo e Região**, entidade sindical que **TRANSFRETUR** representa as empresas de transporte por trematão na base territorial: Arujá, Atibaia, Barueri, Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista, Cajamar, Carapicuíba, Colma, Embu das Artes, Ferraz de Vasconcelos, Guarulhos, Itapetecira da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mairiporã, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Pora, São Isabel, Santarém do Paranaíba, São Paulo (Capital) – Suzano, Taboão da Serra, em cumprimento à decisão da AGE, realizada no dia 11/07/2024. **Comunica** que foi fixada Contribuição Assistencial Patronal, a ser paga por todas as empresas do setor, associadas ou não. Considerando decisão exarada pelo STF nos autos do RE nº 1.018.459, de 11/09/2023, que se utiliza por analogia. **Notifica** que as empresas não associadas poderão exercer o direito de oposição ao pagamento da referida contribuição, desde que exercido no prazo de até 30 dias, a contar da presente publicação, devendo o mesmo ser protocolado em sua sede na Rua Marques de Ilhéu, 35 Conj. A – Vila Buarque – São Paulo. As empresas não associadas que não exercerem o direito de oposição estarão sujeitas às medidas de cobrança extrajudicial e judicial. Maiores informações poderão ser obtidas nos telefones (11) 3331-8022. A omissão ou ausência refere qualquer direito a futuras reclamações e submissão às decisões da Assembleia Geral. São Paulo, 18 de julho de 2024. **Jorge Miguel dos Santos** – Presidente Executivo

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUCATU**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**MARCELLO LANEZA FELICIO - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 230/2024**  
**PROCESSO Nº 21.750/2024 - UASG 986249 Nº CMPRA 90230/2024**  
**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA), BIÓPSIA E COLONOSCOPIA, PARA O ATENDIMENTO DOS PACIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, SAÚDE DA FAMÍLIA E CENTROS DE SAÚDE ESCOLA, NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU (PACIENTES AMBULATORIAIS).  
**DATA INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA:** 18 DE JULHO DE 2024. **HORÁRIO:** 09h30min.  
**HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 05 DE AGOSTO DE 2024 - **HORÁRIO:** 09h30min.  
**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** Portal de Compras do Governo Federal - [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br). O edital completo poderá ser retirado pelo site: [www.botucatu.sp.gov.br](http://www.botucatu.sp.gov.br) ou no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP). Informações no Departamento de Compras e Licitações, desta Prefeitura Municipal de Botucatu, pelos fones (14) 3811-1442 / 3811-1485 ou pelo e-mail: [ccpel@botucatu.sp.gov.br](mailto:ccpel@botucatu.sp.gov.br).

**FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE TAUBATÉ**  
CNPJ nº 48.965.164/0001-80  
**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO**  
**PROCESSO 046-2023 - CONTRATO 005-2023 - TP 001-2023 - Termo Aditivo Nº: 001**  
**Contratante:** Fundação Universitária de Taubaté - FUST. **Contratado:** FERREIRA E PATRIOTA E CONSTRUÇÕES LTDA - 01.064.300/0001-05. **Prazo:** 120 DIAS - **Objeto:** Fica prorrogado o prazo p/ prestação de serviços de reforma elétrica, manu, hidráulica, manu, de telhado, manu, predial e pintura. **Data da assinatura:** 01/07/2024 - **Prof. Dr. Ivair Alves dos Santos** - Dir. Presidente-FUST.

**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-DRS.XV**  
**Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024 - DRS.XV**  
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024 - DRS.XV, do tipo **Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00103450/2024-51**, objetivando a compra de **"PAPEL SULFITE"** - **Entrega Imediata**, para atender Demandas Administrativas da sede do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024-DRS.XV**, será no dia **02/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.com.br> e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

**DEPARTAMENTO REGIONAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-DRS.XV**  
**Edital de Abertura do Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024 - DRS.XV**  
Encontra-se aberto no Departamento Regional de Saúde - DRS.XV de São José do Rio Preto, a Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024 - DRS.XV, do tipo **Menor Preço**, referente ao **Processo nº 024.00103450/2024-51**, objetivando a compra de **"PAPEL SULFITE"** - **Entrega Imediata**, para atender Demandas Administrativas da sede do DRS.XV. A sessão pública do **Pregão Eletrônico nº PE-9009/2024-DRS.XV**, será no dia **02/08/2024**, a partir das 09h00min, na Sala de Pregões da Sede do DRS.XV, sita a Avenida Dr. Janio Quadros, nº 150 - Distrito Industrial Ulisses Guimarães - São José do Rio Preto/SP. As informações estarão disponíveis nos sites <http://www.e-negociospublicos.com.br> e [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

AGROGALAXY

**AgroGalaxy Participações S.A.**  
CNPJ nº 21.240.146/0001-84 - NIRE 35.300.489.543  
**Ata de Reunião de Conselho de Administração realizada em 10 de maio de 2024**  
**1. Data, Hora e Local:** No dia 10 de maio de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **AgroGalaxy Participações S.A.** ("Companhia"), localizada na Rua Igatemi, nº 192, 10º andar, conjuntos 103 e 104, Edifício Igatemi Offices Building, Itaim Bibi, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-010. **2. Convocação:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme autorizado pelo estatuto social da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a autorização da celebração do Contrato de Mútuo e Outras Avenças ("Mútuo") entre a Companhia e o Agrifundo Brasil X Fundo de Investimentos em Participações ("Agrifundo Brasil X"), e (ii) a autorização aos membros da Diretoria da Companhia a adotar todas as providências necessárias para efetivar as deliberações tomadas nesta ata. **5. Deliberações:** Após discutidas as matérias constantes da ordem do dia, foi deliberado o quanto segue: **5.1.** Aprovar, por unanimidade, após o registro da abstenção de voto dos três conselheiros vinculados ao Agrifundo Brasil X, em atenção ao disposto no Estatuto Social e na Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia a celebração do Mútuo entre a Companhia, na qualidade de mutuária, e o Agrifundo Brasil X, na qualidade de mutuante, no montante de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), a ser desembolsado em duas parcelas iguais, sendo a primeira delas até 10 de maio de 2024; e a segunda até 17 de maio de 2024, nos termos e condições apresentados pela Diretoria. **5.2.** Autorizar, por unanimidade, os membros da Diretoria da Companhia a praticar todos os atos e assinar todo e qualquer documento necessários à implementação das deliberações tomadas na presente reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de maio de 2024. **Composição da Mesa** - Presidente: Sebastian Marcos Popik; Secretária: Marina Godoy da Cunha Alves. **Conselheiros presentes:** Sebastian Marcos Popik; Tomas Agustín Romero, Benildo Carvalho Teles, Mauricio Luis Luchetti, Larissa Yastrebov Pomerantzeff, Eduardo de Almeida Salles Terra e Welles Clóvis Pascoal. **Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.** São Paulo, 10 de maio de 2024. **Mesa: Sebastian Marcos Popik** - Presidente, **Marina Godoy da Cunha Alves** - Secretária. JUCESP nº 265.285/24-0 em 12/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO**  
O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, no uso de suas prerrogativas legais, TORNA PÚBLICO, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024, conforme segue:  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2024**  
**OBJETO:** SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA O GERENCIAMENTO, A OPERACIONALIZAÇÃO E A EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM UNIDADES DE SAÚDE NA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - APS, QUE ASSEGURE A ASSISTÊNCIA UNIVERSAL E GRATUITA À POPULAÇÃO, BEM COMO QUALIDADE DA ASSISTÊNCIA DE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO SUS PODERÃO INCORPORAR AO CONTRATO DEMAIS UNIDADES QUE VENHAM COMPOR A ESTRUTURA DA APS NO MUNICÍPIO. Os interessados deverão enviar os DOCUMENTOS e a PROPOSTA TÉCNICA FINANCEIRA, conforme solicitado em edital que serão recebidos até a data da sessão pública, às 09h30min do dia 23 de agosto de 2024, na sala de licitações - Paço Municipal, sita à Rua Coelho Neto, nº 73 - Araçatuba/SP. O Edital estará disponível no Site oficial da Prefeitura Municipal de Araçatuba [www.aracatuba.sp.gov.br](http://www.aracatuba.sp.gov.br) e os interessados deverão proceder de acordo com as especificações do referido para envio dos documentos. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - Araçatuba, 17 de julho de 2024. CARMEM SILVIA GUARIENTE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2024 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 636/2024 - PROCESSO DIGITAL Nº 8.687/2024**  
**OBJETO:** REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE ENXOAL DE BEBÊ.  
**RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Do dia 19/07/2024 até às 08h30min do dia 31/07/2024.  
**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 08h31min do dia 31/07/2024.  
**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA POR LANCES:** Às 09h00min do dia 31/07/2024.  
**MODO DE DISPUTA:** ABERTO  
**LOCAL:** [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br) / "Acesso Identificado no link - licitações". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital será disponibilizado gratuitamente através dos sites: [www.aracatuba.sp.gov.br](http://www.aracatuba.sp.gov.br) e [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 17 de julho de 2024.  
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 674/2024**  
**PROCESSO DIGITAL Nº 9.018/2024**  
**EXCLUSIVO PARA ME E EPP COMUNICADO**  
O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, TORNA PÚBLICO a todos interessados que o processo licitatório supracitado, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE VANS PARA TRANSPORTE DE ARBITRAGEM NOS 66º JOGOS REGIONAIS, tornou-se FRACASSADO.  
Araçatuba, 16 de julho de 2024.  
DILADOR BORGES DAMASCENO - PREFEITO MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

**COMUNICADO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 609/2024**  
**PROCESSO DIGITAL Nº 8.234/2024**  
O Município de Araçatuba, por meio da Secretaria Municipal de Administração - Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a SUSPENSÃO SINE DIE da realização da sessão pública e a recepção das propostas da licitação supra, que tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS", que ocorrerá no dia 24 de julho de 2024 às 08h31min, através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BL), tendo em vista impugnação do edital.  
Araçatuba, 17 de julho de 2024.  
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SOROCABA FORO DE SOROCABA 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE INTIMAÇÃO PROCESSO DIGITAL N.º: 1029094-57.2016.8.26.0602 CLASSE: ASSUNTO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - CONTRATOS BANCÁRIOS EXSEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A EXECUTADO: RODRIGO GUEDES DE OLIVEIRA ME E OUTRO EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO N.º 1029094-57.2016.8.26.0602 A MM. Juíza de Direito da 2a Vara Cível, do Foro de Sorocaba, Estado de São Paulo, Dra. Alessandra Lopes Santana de Mello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER A RODRIGO GUEDES DE OLIVEIRA, CPF 320.443.148-78, que por este Juízo tramita de uma ação de Execução de Título Extrajudicial movida por Banco Bradesco S/A. Encontrando-se o réu em fuga incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL acerca do bloqueio SISAJUD em contas de vossa titularidade no valor total de R\$ 1.259,54 e para querendo opor impugnação no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo de 20 dias do presente edital. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, em 12 de setembro de 2023.**

**Central Solar Novo Oriente III S.A.**  
CNPJ/MF nº 41.825.337/0001-15 - NIRE 35.300.567.994  
**Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24 de Junho de 2024**  
**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 24 (vinte e quatro) de junho de 2024, às 09h45min, na sede da **Central Solar Novo Oriente III S.A.** ("Companhia"), localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729, 5º andar, Sala 48, CEP 05438-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos a Sra. **Paula Ferrareto Dabello** que nomeou o Sr. **Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior** para secretária-la. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (a) a mudança de endereço da sede da Companhia, (b) a inclusão, no Estatuto Social da Companhia, de previsão de dividendos mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e (c) a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão da matéria, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: **5.1.** Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia que passará a se localizar na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 104, Lapa de Baixo, CEP: 05069-900. **5.2.** Em virtude da deliberação acima, o artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação do Anexo 3 presente na Ata, passa a vigorar na seguinte redação: "ARTIGO 2º - A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 104, Lapa de Baixo, CEP: 05069-900". **5.3.** Em seguida, foi aprovada, conforme facultado pelo artigo 202, *caput*, da Lei das S.A., que a Companhia distribuirá, anualmente, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social imediatamente anterior, caso haja. **5.4.** Em virtude da deliberação acima, fica alterado o artigo 20 do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 20 - A Companhia poderá, por meio de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no mínimo, metade das ações com direito a voto nos termos do artigo 136 da Lei das Sociedades por Ações, para deliberação sobre a Assembleia Geral da Companhia: (i) Aumento do capital social da Companhia; (ii) Alteração do Estatuto Social da Companhia; (iii) Aprovação de contrato relacionado à emissão de valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia; (iv) Resgate, amortização ou aquisição de ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (v) Aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (vi) Alteração da política de dividendos da Companhia; (vii) Alteração dos direitos das ações ou valores mobiliários de emissão da Companhia; (viii) Realização de Oferta Pública Inicial de ações de emissão da Companhia; (ix) Ingresso com pedido de recuperação judicial, falência, dissolução liquidação judicial, insolvência, ou aprovação de alívio de dívidas de devedores da Companhia; (x) qualquer outra operação que implique transferência de ativos da Companhia para a Companhia ou para outra operação de reorganização societária; e (xi) Celebração de qualquer contrato relacionado às matérias acima. ARTIGO 9º A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor-Presidente ou na sua ausência, pelo acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário. **Parágrafo Único** - Cada Assembleia Geral poderá ser convocada por até 3 (três) vezes para discutir a mesma matéria, até que seja atingido o quórum necessário para a deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º** - As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo 3º** - A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor e um procurador, conforme a forma legal com poderes específicos. **Capítulo II - Assembleia Geral: Artigo 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á, na forma da lei, ordinariamente dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social de cada ano. **Artigo 7º** Os acionistas poderão ser representados por outros acionistas ou procuradores. **Artigo 8º** Dependendo da aprovação de, no